

A UNIÃO

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO DA PARAHYBA DO NORTE

ANNO XXXV

DIRECTORES | Efectivo — CARLOS D. FERNANDES
Interno — NELSON LUSTOSA

PARAHYBA — Domingo, 19 de setembro de 1926

GERENTE — CLAUDIO MOURA

NUMERO 206

O problema penal

O sistema progressivo ou irlandês e o código penal brasileiro * Livramento condicional * Sua aplicação

O trabalho que abalo publicamos, sobre o recente instituto do livramento condicional, é de autoria do saudoso conterrâneo dr. José Leopoldino de Luna Pedroso, que foi um dos mais acatados valores do nosso meio jurídico e que por alguns anos ocupou as funções de juiz de direito da 1ª varas da capital. Escrito em 1922, especialmente para o «Boletim Policial», não chegou entretanto a vir a lume.

Ficou entre outros estudios inéditos, sob a guarda carinhosa da viúva do autor, a cuja genitela devemos o editorial hoje em preâmbulo.

Vale o presente ensaio por uma das mais completas contribuições ao estudo do moderno regime penitenciário, compreendendo notar ainda que certos conceitos esboçados pelo jurista parahybano coïncidem com os postos principais da lei federal que regula a matéria, sancionada a 6 de novembro de 1924.

Desde longa data vêm os criminais se preoccupando com os sucedaneos da pena.

A aplicação destas, que pelos princípios modernos do direito de punir, basfava na máxima defesa da sociedade, tendo como correlativo o mínimo de sofrimento individual, tem sugerido aos pensamentos vários sistemas penitenciários.

As legislações dos povos cultos vêm se infiltrando de princípios novos que, modificando radicalmente o regime de punição dos delinqüentes, constituem reformas basilares das penitenciárias, a que o grande Ferreira chamou, com muito acerto, de «cemiterios de vivos».

Realmente, era preciso que, por uma completa transformação dos sistemas penitenciários adotados, desaparecesse da história do Direito Criminal a phase que nos apresenta a pena rivalizando em perversidade com o crime.

Em princípio era o fallido a prima leis penais, segundo Letourneau, tendo por base o instintivo reflexo da dureza, que é a razão biológica das idéias de direito e de justiça.

Depois é a própria collectividade, tomando a seu cargo a punição dos transgressores das leis, instituindo as penas e, no lado destas, as penitenciárias, logares onde, no dizer de Wines, editado por Esmoraldino Bandeira, na «Politica Criminal», o criminoso se recolhia para aguardar o processo, e depois, a morte, quando condenado.

A detenção do indivíduo apontado como delinquente, era a via dolorosa que o conduzia ao suprício final.

Quando não, era o sofrimento, interminável das promiscuidades dos carcereiros, em que se envolviam os condenados.

Não se attenda ao caráter, à conducta anterior do delinquente, aos precedentes de seu crime, à sua posição social e de família, antes de commeter o delito.

Tudo isso nada valia para se atrair na comunhão da vida carcerária, um homem que, antes de delinquir, era um cidadão de serviços inestimáveis à sua pátria, à família e à sociedade.

No meio daquela agremiação de scelerados da peior espécie, composta de indivíduos que insinuam prazer na delinqüência, o infeliz que tinha a alma aberta aos sentimentos bons, muitas vezes, ou atingia à loucura, ou se amargava ao melo, ou afinal, se constituiu um eterno revoltado contra a sociedade e, se saísse daí um dia, travia no cérebro as idéias da vingança.

Constitui assim outra espécie de criminosos: os tormentadores das relações sociais, das quedas de governos e das derribadas de tronos.

A Russia nos tem dado exemplos comprovadores dessas affirmativas.

Quem não conhece as capitais do mundo, o extraordinário livro de Destoecksy, que na «Casa das Mortes», nos pôs com as círcos da verdade e com o testemunho visual, os horrores das prisões da Siberia?

Foi para modificar tudo isso que os legisladores dos vários países levaram pelas suas principais dinastias os direitos de cidadania, redenções, e penitenciárias resarcidas de qualquer natureza.

Pagamento adiantado

Contra o banditismo

“Lampião” accossado pelas forças bahianas volta ao território pernambucano

Tendo notícias de que o bando de Lampião penetrara o território bahiano pelas fronteiras ilimitadas com Pernambuco, o chefe do executivo parahybano, que vem acompanhando todos os movimentos daqueles bandidos, dirigiu-se ao sr. dr. Góes Calmon, pedindo esclarecimentos sobre o facto.

Em resposta, s. ex. recebeu o telegramma subsequente, o qual o governador da Bahia historya a proeza do famigerado cangaceiro, ao mesmo tempo que relata as energicas e imediatas providências tomadas e que deram em resultado a reunião de Lampião no território pernambucano. Embora asseguradas as fronteiras do Estado, o governador Góes Calmon mandou reforçar os contingentes, conservando alli uma força especial de 200 homens, a fim de evitar futuras incursões do bandido. Essas medidas vêm pôr em relevo o alto descorvalho do administrador bahiano, que se mostra ainda, pelos termos finais do despacho, disposto a enfrentar, em ação conjunta com os Estados vizinhos do norte, o terrível problema do cangaceirismo.

São os seguintes os termos do telegramma que nos referimos:

Belo Horizonte, 7-8-26 — Recebi com satisfação o telegramma que informa que efectivamente chegaram aqui notícias de que o bandido Lampião, chefiado um grupo de vinte a trinta homens, através do São Francisco penetrando o território bahiano, nas proximidades de Curaçá. Ha dias atrás, o bando de Lampião, comandado por Antônio da Glória, anunciamdo o mesmo estar em território pernambucano, na margem do S. Francisco e pedindo proteção da Força Pública deste Estado. Atendendo a esse telegramma fiz parte ser socorrer os contingentes escolhidos, com instruções rigorosas e perfeitamente armados e municiados, distribuídos pelo sr. S. Antônio da Glória, cincocento para Chorroço e trinta para Curaçá, defendendo as fronteiras e a divisa com o território pernambucano. Antes da chegada da força a Curaçá, fiz o aviso a que em princípio me refiri, mas no dia imediato, ao aproximar-se as forças, imediatamente reentraram para o território pernambucano. Da zona bahiana tive recebido telegrammas de agradecimentos pelas ações das províncias. Não obstante, fiz seguir no dia 14 novo contingente de cento e cinquenta homens, que, juntados a toda comitia da Policia, o que agora nos garante, com o seu efectivo total de duzentos e oitenta homens, contra qualquer que venha incursão neste Estado. De acordo com o que o governador assentou, o bando de Lampião, comandado pelo Alagoano S. Antônio da Glória e Pernambuco, se estendeu Estados que quereram a cooperação das forças bahianas e tiver solicitações nessa sentido, não farei nenhuma dúvida em demonstrar o dever que sentimos de auxiliar os nossos irmãos. Na ordem pública tão lamentavelmente praticada por esses bandidos maiores. Hoje, porém, acreditamos que, efectivamente chegaram aqui notícias de que o bandido Lampião, chefiado um grupo de vinte a trinta homens, através do São Francisco penetrando o território bahiano, nas proximidades de Curaçá.

São os seguintes os termos do telegramma que nos referimos:

Belo Horizonte, 7-8-26 — Recebi com satisfação o telegramma que informa que efectivamente chegaram aqui notícias de que o bandido Lampião, chefiado um grupo de vinte a trinta homens, através do São Francisco penetrando o território bahiano, nas proximidades de Curaçá.

Quando condenado sofria pena superior a seis anos, e desde que tenha cumprido metade dela, mostrando bom comportamento, poderá ser transferido para alguma penitenciária agrícola, a fim de cumprir o restante da pena, disto a parágrafo primo do Código Penal.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá obter “livramento condicional”, tanto que o restante da pena a cumprir não excede de dois anos.

Está aí o sistema penitenciário do nosso Código Penal.

No art. 51 estabelece o Código a competência para a concessão de liberdade condicional, quando o condenado ao poder público federal ou dos Estados, conforme o crime, e mediante proposta do chefe do Estado ou o procurador-geral.

No caso contrário, isto é, se persistir na bala conduta, de modo a fazer presumir emenda, reza o parágrafo segundo, poderá ob

Para obter o verdadeiro Oleo de Figado de Bacalhau, guie-se por esta marca



A preparação que contém o óleo puro em forma dígerivel e agradável ao paladar e de que pode depender para a sua saúde e robustez

Emulsão de Scott RICA EM VITAMINAS

José Francisco L. Joseph Fialho Lydio Gomes, Empresa Luz e Fogo, Severino Lopes Leão, Caetano Júlio, Antônio de Carvalho, José Quirós Torres, Honório Alves, Dr. Antônio de Oliveira Braga, Rio, Severino Soares, Luís Felipe, Elias Gomes da Rocha, Galba Galvão, José C. de Lima, Lourenço dos Santos, Severino Nunes, José Lima Moreira, Louival Ribeiro, João dos Santos, Antônio de Almeida, Nicanor Mendes, Antônio Manoel, Souza L. Tavares, Clementino Theotonio, José Bezerra, Osório Pedro de Lima, Lúcio Pabroli, Enealdo Pires, Adalberto Coimbra, Egas Veiga, João Carreiro, Moacir Cavalcanti, José Diana e João Fernandes.

Editaes

Repartição do Saneamento da Paraíba EDITAL N° 17 — PRIMEIRA PRESTAÇÃO DO CONSUMO D'ÁGUA — Em virtude do ofício de hoje, sob nº 2401, do exmo sr. presidente do Estado, atendendo à representação de diversos proprietários desta capital, e no qual resoluvi modificar o pagamento do semestre corrente, em duas prestações trimestrais, de ordem do engenheiro director desta repartição do Saneamento da Paraíba, convidou aos srs. concessionários, a vim recolher aos cofres desta tesouraria, a primeira prestação do 2º semestre do corrente anno, ficando estabelecido para isso, o prazo improrrogável, á contar de hoje, até o dia 30 do mezaninde.

Confidaria da Repartição do Saneamento da Paraíba, em 13 de setembro de 1926, Oscar Pereira Brandão, guarda-livros.

(S. P.)
2-15

Ministério da Viação e Obras Públicas — Inspector Federal de Obras Contra as Secas — Segundo distrito — EDITAL

De ordem do sr. engenheiro-chefe do 2º distrito da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, ficam convocados todos os possuidores ou depositários de vales, ordens de fornecimento ou outros quaisquer documentos que representem obrigação desse e do antigo 4º Distrito da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, a recolherem os referidos documentos que serão, a requerimento dos interessados e depois de reconhecidos pela Chéfia do Distrito, subtituídos por certidão de cre-

Loteria de Sergipe

108.ª extracção, em 14 de Setembro, da Loteria de Sergipe — plante 24:

4/63	46.000.000
11391	55.000.000
2/48	3.000.000
4203	1.000.000
11347	1.000.000

Premios de 500.000

822-559 — 9404-12074-15315
1433-6081-10973-12342-17766

Premios de 250.000

691-2560 — 4978-13120-10083
732-2013 — 7571-13421-19-87
1232-3084 — 7844-13689-1967
2082-4003 — 9309-15890-19923
2187-4154 — 11352-17240
2285-4968 — 11913-18828

Premios de 100.000

182-2396 — 5943-12144-15356
258-2589 — 6613-12633-15484
312-2614 — 733-13270-15493
1149-3150 — 7453-12848-16400
1295-3331 — 8106-13498-16589
1412-2730 — 8562-13474-1764
1516-3700 — 9836-13488-1764
1763-3912 — 10974-13681-1787
1806-3074 — 11203-14311-17973
2000-4262 — 11351-14781-18108
2198-4907 — 11477-15063-18573
2227-4909 — 11571-15205-19299

Appuramentos

4062 e 4034 500.000

Terminações

Todos os numeros terminados em 63 têm 100.000, os terminados em 61 têm 40.000, os terminados em 39 têm 80.000, os terminados em 91 têm 40.000, os terminados em 3 têm 10.000.

No pagamos premios pela lista geral, salvo os rendidos por esta agencia.

Cooperativa dos Funcionários Públicos — Tendo de se efectuar o dividendo dos lucros do armazém, correspondente ao anno financeiro que terminará a 31 de janeiro de 1927,

Companhia Industrial

Silveira Machado S/A

RUA DE S. BENTO 19 — RIO DE JANEIRO

SACOS, ANIAGEM, CORDAS, E BARBANTES.

ESTOPA PARA ENFARDAR ALGODÃO,
SACOS PARA CAROÇO, PARA CAFÉ,
MILHO, SAL, CÓCO ETC. ETC.

Agençias e Depositários ORESTES BRITTO & COMP.

Rua Maciel Pinheiro 77 — PARAHYBA DO NORTE



Uma Chamada Urgente

Sofre returmas com fortes e penosas dores nas costas? Sente dores agudas como golpes de faca? São os seus rins que pedem auxílio. Homens e mulheres, cujo trabalho os obriga a ficar de pé a maior parte do tempo, sofrem quasi sempre da debilidade dos rins. Excessos, bebidas alcóolicas, falta de higiene, resfriados, molestias infecções e certas comidas podem causar graves transtornos no funcionamento das glândulas do reino animal, o ácido urico e a urina retendo no organismo. A dor é tanto calada que se sente o optimismo. Às vezes também se sente dor de cabeça, tonturas, irritabilidade urinária. Não deixe que aparezcam males mais sérios. Tomar as PILULAS DE FOSTER de sentir aqueles sintomas é prestar aos rins um auxílio oportuno e livrarse de sérias enfermidades.

PILULAS DE FOSTER PARA OS RINS

A venda em todas as Pharmacias

dito, do valor corresponden-

Os interessados se entenderão na Contabilidade do Distrito, em Parahyba, dentro do prazo de trinta (30) dias, a partir desta data. Este editorial será publicado pelo jornal oficial, na capital dos três Estados.

Secretaria do 2º Distrito da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, em Parahyba, 19 de agosto de 1926. — J. C. de Sá Leitão, secretário. (5.º e dom. 7-9)

Editorial — Banco da Paraíba — Pagamento de dividendos: São convidados os srs. Acionistas a receber na caixa deste Banco nos dias utéis, de 9 horas de 11 e 13 às 15, o dividendo de 5% sobre o capital realizado, que lhes coube no semestre de 1º de janeiro a 30 de junho findo.

Faz saber a quem interessar possa que, pelo procurador do falso João Ferreira Lima, foi apresentada na primeira assembleia de credores, hoje realizada, a seguinte proposta: João Ferreira Lima, negociante falido arrependimento próprio, e residente no povoado de S. José dos Cordeiros, do município de São João do Cariry onde exercia o comércio de fendas, accorda com os credores abaixo assinados, em numero bastante representativo legal de creditos, em uma concordata de bases: 1º o concordatário falso se obriga a pagar-lhes quinze por cento dos seus creditos, e aos demais credores que a esta ficarem obrigados; 2º as prescrições serão iguais de cinco por cento aos prazos de seis meses, a contar da data em que esta concordata for definitivamente homologada; 3º findos estes prazos, e achados cumpridas as condições estipuladas neste título, os credores dar-se-ão por quites e satisfeitos da importância total de seus creditos. E sendo aceita pelos credores presentes, em numero legal, foi por mim homologada a referida concordata. Pelo que mandei passar o

outros de igual teor para ser affixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, aos 9 de setembro de 1926 Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, escrivão, o escrevi. (Assinado) Manuel Victoriano Rodrigues de Paiva. Esta conforme com o original, dou fé. O escrivão, Pedro Ulysses de Carvalho.

4-5

Fallencia de João Fereira Lima — Comarca de S. João do Cariry — EDITAL — O doutor Genésio Lustosa Cabral, juiz de Direito interino da comarca de S. João do Cariry, em virtude da lei, etc.

Faz saber a quem interessar possa que, pelo procurador do falso João Ferreira Lima, foi apresentada na primeira assembleia de credores, hoje realizada, a seguinte proposta: João Ferreira Lima, negociante falido arrependimento próprio, e residente no povoado de S. José dos Cordeiros, do município de São João do Cariry onde exercia o comércio de fendas, accorda com os credores abaixo assinados, em numero bastante representativo legal de creditos, em uma concordata de bases: 1º o concordatário falso se obriga a pagar-lhes quinze por cento dos seus creditos, e aos demais credores que a esta ficarem obrigados; 2º as prescrições serão iguais de cinco por cento aos prazos de seis meses, a contar da data em que esta concordata for definitivamente homologada; 3º findos estes prazos, e achados cumpridas as condições estipuladas neste título, os credores dar-se-ão por quites e satisfeitos da importância total de seus creditos. E sendo aceita pelos credores presentes, em numero legal, foi por mim homologada a referida concordata. Pelo que mandei passar o

outros de igual teor para ser affixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, aos 9 de setembro de 1926 Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, escrivão, o escrevi. (Assinado) Manuel Victoriano Rodrigues de Paiva. Esta conforme com o original, dou fé. O escrivão, Pedro Ulysses de Carvalho.

4-5

Editorial — Banco da Paraíba — Pagamento de dividendos: São convidados os srs. Acionistas a receber na caixa deste Banco nos dias utéis, de 9 horas de 11 e 13 às 15, o dividendo de 5% sobre o capital realizado, que lhes coube no semestre de 1º de janeiro a 30 de junho findo.

Faz saber a quem interessar possa que, pelo procurador do falso João Ferreira Lima, foi apresentada na primeira assembleia de credores, hoje realizada, a seguinte proposta: João Ferreira Lima, negociante falido arrependimento próprio, e residente no povoado de S. José dos Cordeiros, do município de São João do Cariry onde exercia o comércio de fendas, accorda com os credores abaixo assinados, em numero bastante representativo legal de creditos, em uma concordata de bases: 1º o concordatário falso se obriga a pagar-lhes quinze por cento dos seus creditos, e aos demais credores que a esta ficarem obrigados; 2º as prescrições serão iguais de cinco por cento aos prazos de seis meses, a contar da data em que esta concordata for definitivamente homologada; 3º findos estes prazos, e achados cumpridas as condições estipuladas neste título, os credores dar-se-ão por quites e satisfeitos da importância total de seus creditos. E sendo aceita pelos credores presentes, em numero legal, foi por mim homologada a referida concordata. Pelo que mandei passar o

outros de igual teor para ser affixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, aos 9 de setembro de 1926 Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, escrivão, o escrevi. (Assinado) Manuel Victoriano Rodrigues de Paiva. Esta conforme com o original, dou fé. O escrivão, Pedro Ulysses de Carvalho.

4-5

Editorial — Banco da Paraíba — Pagamento de dividendos: São convidados os srs. Acionistas a receber na caixa deste Banco nos dias utéis, de 9 horas de 11 e 13 às 15, o dividendo de 5% sobre o capital realizado, que lhes coube no semestre de 1º de janeiro a 30 de junho findo.

Faz saber a quem interessar possa que, pelo procurador do falso João Ferreira Lima, foi apresentada na primeira assembleia de credores, hoje realizada, a seguinte proposta: João Ferreira Lima, negociante falido arrependimento próprio, e residente no povoado de S. José dos Cordeiros, do município de São João do Cariry onde exercia o comércio de fendas, accorda com os credores abaixo assinados, em numero bastante representativo legal de creditos, em uma concordata de bases: 1º o concordatário falso se obriga a pagar-lhes quinze por cento dos seus creditos, e aos demais credores que a esta ficarem obrigados; 2º as prescrições serão iguais de cinco por cento aos prazos de seis meses, a contar da data em que esta concordata for definitivamente homologada; 3º findos estes prazos, e achados cumpridas as condições estipuladas neste título, os credores dar-se-ão por quites e satisfeitos da importância total de seus creditos. E sendo aceita pelos credores presentes, em numero legal, foi por mim homologada a referida concordata. Pelo que mandei passar o

outros de igual teor para ser affixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, aos 9 de setembro de 1926 Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, escrivão, o escrevi. (Assinado) Manuel Victoriano Rodrigues de Paiva. Esta conforme com o original, dou fé. O escrivão, Pedro Ulysses de Carvalho.

4-5

Editorial — Banco da Paraíba — Pagamento de dividendos: São convidados os srs. Acionistas a receber na caixa deste Banco nos dias utéis, de 9 horas de 11 e 13 às 15, o dividendo de 5% sobre o capital realizado, que lhes coube no semestre de 1º de janeiro a 30 de junho findo.

Faz saber a quem interessar possa que, pelo procurador do falso João Ferreira Lima, foi apresentada na primeira assembleia de credores, hoje realizada, a seguinte proposta: João Ferreira Lima, negociante falido arrependimento próprio, e residente no povoado de S. José dos Cordeiros, do município de São João do Cariry onde exercia o comércio de fendas, accorda com os credores abaixo assinados, em numero bastante representativo legal de creditos, em uma concordata de bases: 1º o concordatário falso se obriga a pagar-lhes quinze por cento dos seus creditos, e aos demais credores que a esta ficarem obrigados; 2º as prescrições serão iguais de cinco por cento aos prazos de seis meses, a contar da data em que esta concordata for definitivamente homologada; 3º findos estes prazos, e achados cumpridas as condições estipuladas neste título, os credores dar-se-ão por quites e satisfeitos da importância total de seus creditos. E sendo aceita pelos credores presentes, em numero legal, foi por mim homologada a referida concordata. Pelo que mandei passar o

outros de igual teor para ser affixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, aos 9 de setembro de 1926 Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, escrivão, o escrevi. (Assinado) Manuel Victoriano Rodrigues de Paiva. Esta conforme com o original, dou fé. O escrivão, Pedro Ulysses de Carvalho.

4-5

Editorial — Banco da Paraíba — Pagamento de dividendos: São convidados os srs. Acionistas a receber na caixa deste Banco nos dias utéis, de 9 horas de 11 e 13 às 15, o dividendo de 5% sobre o capital realizado, que lhes coube no semestre de 1º de janeiro a 30 de junho findo.

Faz saber a quem interessar possa que, pelo procurador do falso João Ferreira Lima, foi apresentada na primeira assembleia de credores, hoje realizada, a seguinte proposta: João Ferreira Lima, negociante falido arrependimento próprio, e residente no povoado de S. José dos Cordeiros, do município de São João do Cariry onde exercia o comércio de fendas, accorda com os credores abaixo assinados, em numero bastante representativo legal de creditos, em uma concordata de bases: 1º o concordatário falso se obriga a pagar-lhes quinze por cento dos seus creditos, e aos demais credores que a esta ficarem obrigados; 2º as prescrições serão iguais de cinco por cento aos prazos de seis meses, a contar da data em que esta concordata for definitivamente homologada; 3º findos estes prazos, e achados cumpridas as condições estipuladas neste título, os credores dar-se-ão por quites e satisfeitos da importância total de seus creditos. E sendo aceita pelos credores presentes, em numero legal, foi por mim homologada a referida concordata. Pelo que mandei passar o

outros de igual teor para ser affixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, aos 9 de setembro de 1926 Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, escrivão, o escrevi. (Assinado) Manuel Victoriano Rodrigues de Paiva. Esta conforme com o original, dou fé. O escrivão, Pedro Ulysses de Carvalho.

4-5

Editorial — Banco da Paraíba — Pagamento de dividendos: São convidados os srs. Acionistas a receber na caixa deste Banco nos dias utéis, de 9 horas de 11 e 13 às 15, o dividendo de 5% sobre o capital realizado, que lhes coube no semestre de 1º de janeiro a 30 de junho findo.

Faz saber a quem interessar possa que, pelo procurador do falso João Ferreira Lima, foi apresentada na primeira assembleia de credores, hoje realizada, a seguinte proposta: João Ferreira Lima, negociante falido arrependimento próprio, e residente no povoado de S. José dos Cordeiros, do município de São João do Cariry onde exercia o comércio de fendas, accorda com os credores abaixo assinados, em numero bastante representativo legal de creditos, em uma concordata de bases: 1º o concordatário falso se obriga a pagar-lhes quinze por cento dos seus creditos, e aos demais credores que a esta ficarem obrigados; 2º as prescrições serão iguais de cinco por cento aos prazos de seis meses, a contar da data em que esta concordata for definitivamente homologada; 3º findos estes prazos, e achados cumpridas as condições estipuladas neste título, os credores dar-se-ão por quites e satisfeitos da importância total de seus creditos. E sendo aceita pelos credores presentes, em numero legal, foi por mim homologada a referida concordata. Pelo que mandei passar o

outros de igual teor para ser affixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, aos 9 de setembro de 1926 Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, escrivão, o escrevi. (Assinado) Manuel Victoriano Rodrigues de Paiva. Esta conforme com o original, dou fé. O escrivão, Pedro Ulysses de Carvalho.

4-5

Editorial — Banco da Paraíba — Pagamento de dividendos: São convidados os srs. Acionistas a receber na caixa deste Banco nos dias utéis, de 9 horas de 11 e 13 às 15, o dividendo de 5% sobre o capital realizado, que lhes coube no semestre de 1º de janeiro a 30 de junho findo.

Faz saber a quem interessar possa que, pelo procurador do falso João Ferreira Lima, foi apresentada na primeira assembleia de credores, hoje realizada, a seguinte proposta: João Ferreira Lima, negociante falido arrependimento próprio, e residente no povoado de S. José dos Cordeiros, do município de São João do Cariry onde exercia o comércio de fendas, accorda com os credores abaixo assinados, em numero bastante representativo legal de creditos, em uma concordata de bases: 1º o concordatário falso se obriga a pagar-lhes quinze por cento dos seus creditos, e aos demais credores que a esta ficarem obrigados; 2º as prescrições serão iguais de cinco por cento aos prazos de seis meses, a contar da data em que esta concordata for definitivamente homologada; 3º findos estes prazos, e achados cumpridas as condições estipuladas neste título, os credores dar-se-ão por quites e satisfeitos da importância total de seus creditos. E sendo aceita pelos credores presentes, em numero legal, foi por mim homologada a referida concordata. Pelo que mandei passar o

outros de igual teor para ser affixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, aos 9 de setembro de 1926 Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, escrivão, o escrevi. (Assinado) Manuel Victoriano Rodrigues de Paiva. Esta conforme com o original, dou fé. O escrivão, Pedro Ulysses de Carvalho.

4-5

As colicas uterinas, mesmo de gravidez por mais violentas que sejam, cedem em 2 horas, com a



REGULADOR E CALMANTE DAS SENHORAS

Combatte as COLICAS UTERINAS em 2 horas. Actua rapidamente nas inflamações do UTERO e dos OVÁRIOS.

O FLUXO-SEDATINA é de ação prompta e eficaz em casos de suspensões e irregularidades, REGRESOS, contrimentos, CATARRATO DO UTERO, fibroses, bracadas e acidentes da EDADE CRITICA.

Estes PARTOS é um poderoso auxiliar, porque facilita diminuir as dores e EVITA AS HEMORRAGIAS.

A «FLUXO-SEDATINA» é usada com ótimos resultados nos hospitais e maternidades, dando sempre RESULTADOS CERTOS.

Licenciado pelo D. N. de S. P. sob n. 7.822, em 8-1925.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestamistas a virarem pagar as suas caderetas até o dia 22 deste, a fim de concorrer ao sorteio do prêmio de 25,000 Réis.

— S. A. • Predial de Carvalha-Série Liberal — Convocamos aos nossos dignos prestam

Editorial de citação — 1º vaga — 3º cartório — O dr. Manoel Ildefonso de Oliveira Azevedo, juiz de Direito da 1ª vara, da comarca da capital, pôr virtude de lei, etc.

Faz saber que pelo dr. promotor público da comarca da capital, foi denunciado Seveino Silva, pelo crime previsto no art. 267 do Código Penal, e, como o denunciado não foi encontrado no distrito da culpa, conforme portaria pôr feito o oficial de justiça, encarregado da diligência; pelo presente chamo e cito ao referido Severino Silva para comparecer nas salas das audiências deste Juízo, à praça Aristides Lobo desta cidade, no dia 20 do corrente às 13 horas, ficando mesmo denunciado citado para todos os termos do seu processo até final julgamento, son pena de revelia. Parahyba, 13 de setembro de 1926. Eu, João Cândio Brayner, escrivão o escrevi. (Ass.) Manoel Ildefonso de Oliveira Azevedo. Conforme o original, ao qual me reporto e dou fé. O escrivão do crime, João Cândio Brayner.

Editorial — O dr. Pedro Antônio Maia, juiz de direito interno da comarca de Guarabira, etc.

Faço saber que pelo dr. promotor público da comarca foram denunciados por crime previsto no artigo duzentos e noventa e quatro (294) do Código Penal, os indivíduos José Dantas de Arruda, conhecido por João de Abílio Romildo Dantas de Arruda e que havendo o oficial de justiça cerificado acharem-se os denunciados fora do território, mandei passar o presente, que será affixado no logar do costume, pelo qual cito e chamo os ditos réus para comparecerem à sala das audiências deste Juízo às dez (10) horas do dia vinte e um (21) do corrente, a fim de assistirem ao termo do processo, sob pena de revelia, ficando, desde logo, citados para as demais termos. Guarabira, 13 de setembro de 1926. Eu, Alpheu Rabello, escrivão interino, o escrevi. P. Antônio Maia.

5-6

Editorial de Interdição de José Eucides Coutinho — O doutor José Eugenio Neves de Melo, juiz de direito da comarca de Bananeiras, na forma da lei, etc.

Faço saber a todos os que o presente editorial viram, ou deles noticiaram, que, por sentença deste Juízo datada de 30 de agosto do corrente ano foi declarado interdicto José Eucides Coutinho por ser julgado incapaz de rege e administrar os seus bens; pelo que serão nulos e de nenhum efeito todos os contratos e convenções com elas feitas, sem assistência do curador Francisco Barbosa Coutinho e autorização deste Juízo. E, para que não se alegue ignorância em tempo algum, se mandou passar o presente editorial, que será affixado nos logares públicos desta cidade e publicado pela imprensa, do que se juntará certidão aos autos. Dado e passado na cidade de Bananeiras aos trinta de agosto de 1926. Eu, Basílio Pomplio de Melo, escrivão, o escrevi. (Assinado) José Eugenio Neves de Melo. Conforme o original, dou fé. O escrivão, Basílio Pomplio de Melo.

Repartição do Saneamento da Parahyba — Edital n.º 14 — Contas extradas em 6 de setembro de 1926 — De ordem do engenheiro director desta Repartição do Saneamento da Parahyba, convido aos srs. proprietários das casas constantes da relação infra, a comparecerem na tesouraria deste escritório, afim de liquidar suas contas provenientes de instalação de aparelhos sanitários, para que terão o prazo de 30 dias contados da extração das mesmas contas, às quais será dado o desconto de que trata o regulamento baixado pelo ato do governo sob n.º 1428, de 24 de abril de 1926.

De acordo ainda com o alludido regulamento, as satisfeitas contas podem ser pagas por prestações semestrais, as quais são calculadas pelas tabelas a elle annexas.

Contadora da Repartição do Saneamento da Parahyba, em 6 de setembro de 1926 — Oscar Pereira Brandão, guarda-livros.

RELAÇÃO — Dr. Leandro Maciel, Avenida S. Paulo n.º 495A, dr. Francisco A. de Lima Filho, dr. Antônio João Machado n.º 125, Francisco Lins

Guedes Pereira, rua Mons. Waldeff Leal n.º 316; Maria de Loures Athayde, rua Epitácio Pessoa n.º 469; Maria do Carmo Athayde, rua Epitácio Pessoa n.º 481; Maria Nazaré Athayde, rua Epitácio Pessoa n.º 483; dr. Júlio Freire de Almeida, Praça Conselheiro Henriques n.º 11; A mesma, Praça Conselheiro Henriques n.º 11A; dr. Isidro Gomes da Silva, rua 7 de Setembro n.º 297; Oscar da Cunha Pereira Brandão, rua 7 de Setembro n.º 171; dr. Manuel Velloso Borges, rua Mons. Waldeff Leal n.º 147; dr. Diogenes Caldas, rua Epitácio Pessoa n.º 532; tenente coronel Elias Sobreira, Praça Arístides Lobo n.º 32; dr. Jólio Mauricio de Medeiros, rua Epitácio Pessoa n.º 676; Antônio Candido de Lucena, rua 13 de Maio n.º 406; dr. Antônio Bôto de Menezes, rua Mons. Waldeff Leal n.º 463A; dr. Francisco de Gouveia Moura, Praça Independência s/n.

(7-15)

Repartição do Saneamento da Parahyba — Edital n.º 15 — Contas extradas em 11 de setembro de 1926 — De ordem do engenheiro director desta Repartição do Saneamento da Parahyba, convido aos srs. proprietários das casas constantes da relação infra, a comparecerem na tesouraria desta escritório a fim de receberem as suas contas de instalações sanitárias.

Contadora da Repartição do Saneamento da Parahyba, em 11 de setembro de 1926. Oscar Pereira Brandão, guarda-livros.

(S. P.)

Tranquillo Monteiro, praca da Independência, s/n; Antonio do Rêgo Barros, rua Epitácio Pessoa, 496; dr. Adolpho Pessôa, rua Epitácio Pessoa, 114; dr. Irineu Joffly, rua Caturité, A; dr. Irineu Joffly, rua Caturité, B; dr. Irineu Joffly, rua Caturité, C; dr. Irineu Joffly, rua Caturité, D; Irineu Joffly; rua Caturité, E; Santa Casa de Misericórdia, rua Visconde de Pelotas, 192 A; Santa Casa de Misericórdia, rua Visconde de Pelotas, 192 B.

(7-15)

Repartição do Saneamento da Parahyba — AVISO N.º 17 — ABASTECIMENTO D'ÁGUA — De ordem do engenheiro director desta Repartição do Saneamento da Parahyba, avisos aos srs. concessionários de pannas d'água, que de hoje por diante, todos os pedidos de reaberturas e fechamentos de pannas d'água, só poderão ser atendidos quando solicitados pelos proprietários ou seus representantes, os quais deverão se dirigir ao escritório desta repartição, onde encontrará formulário a preencher legalmente.

Outrora, todo e qualquer concerto deverá ser solicitado por escrito pelos interessados, ao director desta repartição.

Contadora da Repartição do Saneamento da Parahyba, em 13 de setembro de 1926. Oscar Pereira Brandão, guarda-livros.

5-15

Prefeitura da capital — EDITAL — Faz-se público, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, que se acha preso no depósito da Prefeitura, um burro jumento, por ter sido encontrado vagando nas ruas dessa cidade, que será posto em hasta pública no dia 18 do corrente mês, caso o dono não apareça para pagar a multa e respectivas despesas. Cojo burro é de cor cinzenta escura.

Parahyba, 11 de setembro de 1926. José Araújo, fiscal.

(24-30)

Prefeitura da capital — EDITAL — Faz-se público, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, que se acha preso no depósito da Prefeitura, um burro jumento, por ter sido encontrado vagando nas ruas dessa cidade, que será posto em hasta pública no dia 18 do corrente mês, caso o dono não apareça para pagar a multa e respectivas despesas. Cojo burro é de cor cinzenta escura.

Parahyba, 11 de setembro de 1926. José Araújo, fiscal.

(7-10)

Editorial — Instrução Pública Primária — Edital — De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

vaga a cadeira rudimentar infra mencionada, é submetida a concurso de provimento pelo prazo de 40 dias, a contar desta data, devendo os candidatos apresentarem as suas petições devidamente instruídas de documentos que os habilitem ao referido concurso, nos termos do art. 42 do vigente regulamento da Instrução Primária.

A cadeira é a seguinte: rudimentar do sexo masculino do povoado Olho d'água, do município de Catolé do Rocha.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que se achando vagas as cadeiras elementares diurnas infra mencionadas, são submetidas a concurso de provimento pelo prazo de 40 dias, a contar desta data, devendo os candidatos apresentar as suas petições devidamente instruídas de documentos que os habilitem ao referido concurso, nos termos do art. 57, alíneas 1º e 4º e seus §§ do vigente regulamento da Instrução Primária, combinados com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

As cadeiras são as seguintes: 3.ª categoria—sexo masculino das vilas de São José de Piranhas e Brejado Cruz.

4.ª categoria—Mistas dos povoados Pilões do município de Bananeiras, Jacará, e do sexo feminino de Serra Branca, do município de São João do Cariri.

Secretaria da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(20-30)

BANCO DA PARAHYBA

Rua Maciel Pinheiro, 77.

CAPITAL — 1.084.800\$000

Têm correspondentes em todas as cidades do interior deste Estado e nas principais praias do país.
Efectua descontos de metas promissórias e duplicatas de facturas assinadas; empresta sobre penhor de mercadorias e caução de títulos; faz adiantamento sobre efeitos em cobrança.

Recebe dinheiro em depósito, abonando as seguintes taxas:

(I) Conta Corrente de Movimento	3% ao anno
(II) * * * Limitada até 10/000	5%
(III) * * * de 15 a 25000	5%
(IV) Depósito a prazo fixo: de 12 meses	8%
* * *	7%
* 6 *	6%
* 3 *	5%
(V) Depósito com aviso prévio: de 9 a 12 meses	7%
* 6 *	6%
* 3 *	5%

Encareça-se de cobranças e pagamentos nas cidades do interior e demais do país, mediante modica comissão.

Fábrica de cortumes S. FRANCISCO

de M. C. GUSMÃO

GRANDE FÁBRICA A VAPOR — Curtem as chrome enquetas pretas e de cores, Buffalo bronze, Pelicos brancos e de cores, Corneiros pretas e de cores, etc. Especialista em requebras enternecidas chrome morsa resistente. — Curtem as vegetal sola e raspa laminadas, raspa preparadas para o fabrico de manta e lençóis, etc.

Premiada com Medalhas de Ouro nas exposições internacionais de Ellis e Municipal desta Cidade.

Fábrica e escritório: Ladeira S. Francisco, nº 53, Caixa Postal, N.º 40. **Codigos — Ribeiro, Borges e A. B. C. & C. edição**

Telegramas — GUSMÃO. — Parahyba de Norte

essados, que se receberá, até o ultimo dia útil destes meses, os impostos sobre coqueiros frutíferos dos municípios desta capital e Cabedelo, em favor da Santa Casa de Misericórdia, correspondentes à última prestação dos de 30/000 e inferiores a 100/000; bem como a 3.ª prestação de valor superior a 100/000.

2.ª Secção da Recebedoria de Rendas da Parahyba, em 1.º de setembro de 1926. Hércilio Siqueira, chefe de secção.

—

Rebedoria de Rendas — Edital n.º 23 — Indústria e profissão — De acordo com a ultima parte do § 1.º do art. 4.º dos Estatutos, são convidados todos os accionistas a vir, de 1 a 30 de Setembro proximo, pagar na caixa deste Banco a 9.º e ultima prestação do capital subscrito.

Os pagamentos devem ser feitos nos dias úteis das 9 ás 11 horas e das 13 ás 15 excepto nos sabbados em que devem ser feitos das 9 ás 12 horas.

Parahyba do Norte, 30 de agosto de 1926. Manuel Soares, director, 1.º sabbado, 1.º setembro de 1926. Hércilio Siqueira, chefe de secção.

—

Editorial — Directoria Geral de Higiene — De ordem do sr. dr. José Teixeira de Vasconcelos, director geral da Higiene, aviso a todos os proprietários e procuradores das casas de aluguel, dentro do perimetro desta cidade, que devem, quando vagar qualquer casa, remeter a chave a esta repartição, para ser feita a necessária visita sanitária, que deverá, depois de examinada, considerar a habitabilidade ou não.

Se assim não procederem serão passíveis de multa, segundo determina o regulamento do serviço sanitário do Estado, em o seu art. 151.

Secretaria da Directoria Geral de Higiene, 23 de abril de 1926. Francisco Joaquim Pereira Barroso, secretário interino.

(24-30)

Editorial — Directoria Geral de Higiene — De ordem do sr. dr. José Teixeira de Vasconcelos, director geral da Higiene, aviso a todos os proprietários e procuradores das casas de aluguel, dentro do perimetro desta cidade, que devem, quando vagar qualquer casa, remeter a chave a esta repartição, para ser feita a necessária visita sanitária, que deverá, depois de examinada, considerar a habitabilidade ou não.

Se assim não procederem serão passíveis de multa, segundo determina o regulamento do serviço sanitário do Estado, em o seu art. 151.

Secretaria da Directoria Geral de Higiene, 23 de abril de 1926. Francisco Joaquim Pereira Barroso, secretário interino.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.

(24-30)

Editorial — Instrução Pública Primária —

De ordem do revmo. mons. director geral da Instrução Pública, faço sciente aos interessados que, ao referido concurso, nos termos do art. 53 do vigente regulamento da Instrução Primária, combinado com o art. 60, alíneas 1º, 2º e 3º, § único do citado regulamento.

Secretaria Geral da Instrução Pública da Parahyba, em 13 de agosto de 1926. O secretário, José Eugenio Lins de Albuquerque.